

EDUCAÇÃO HIGIENISTA, CONTENÇÃO SOCIAL: A ESTRATÉGIA DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL NA CRIAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO SOB MEDIDA (1914-45)

Durval Wanderbroock Junior¹
Maria Lucia Boarini²

Introdução

O presente estudo busca deslindar a concepção de educação da Liga Brasileira de Higiene Mental – doravante também chamada de Liga – no contexto da crise mundial que se alastrou entre os anos de 1914 a 1945. Particularmente, interessa-nos explicitar como os testes psicológicos foram utilizados pela Liga no sentido de se estabelecer essa “educação sob medida”, entendida aqui como um processo de seleção dos mais aptos e sua separação social dos inaptos como forma de garantir uma nação saudável.

O período delimitado corresponde à preocupação em contextualizar o pensamento da Liga no marco das duas grandes guerras mundiais, episódios durante os quais o mundo, em geral, e o Brasil em particular, atravessaram um intenso processo de crises econômicas, sociais, militares, culturais, científicas etc.

Apesar da sua dependência em relação ao capital estrangeiro, a crise aberta entre os países imperialistas alimentou os sonhos da burguesia brasileira de consolidar-se como nação desenvolvida, despertando o ufanismo e o nacionalismo entusiasmados de vários setores sociais, dentre os quais a Liga Brasileira de Higiene Mental.

Concomitante ao processo de industrialização, foi surgindo a classe trabalhadora, que crescia em número, profundidade e organização política.

O Estado não pretendia satisfazer todas as necessidades da população, de responder às demandas criadas pelos trabalhadores e de resolver os anseios de parte do exército, que não raro intensificava os conflitos sociais por meio de motins e revoltas.

A solução para semelhante cenário estava longe de ser resolvida pelo Estado, mas nem por isso foi negligenciada por toda a sociedade. A preocupação ganhou também os congressos e as revistas especializadas de medicina. A nação não contava somente com

¹ Autor. Mestre em Educação. Educador Social pelo CENSE – Centro de Sócio-Educação de Campo Mourão-PR. Pesquisador do GEPHE – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Higienismo e o Eugenismo, devidamente inscrito no CNPQ. E-mail: dwjunior@bol.com.br

² Co-autora. Doutora. Docente do depto. de Psicologia e dos programas de pós-graduação do depto. de Psicologia e do depto. Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá. Coordenadora do GEPHE – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Higienismo e o Eugenismo, devidamente inscrito no CNPQ. E-mail: mlboarini@uol.com.br

o Parlamento. Um novo movimento nascia como porta-voz do país: o movimento pró-higiene mental.

Quem pretender abrir as páginas da história do higienismo brasileiro, encontrará preocupações que transcendem simples medidas sanitárias e cuidados elementares sobre a higiene do indivíduo, embora semelhantes cuidados também fossem necessários em um momento onde a precariedade infra-estrutural do país produzia uma miríade de enfermidades. Não obstante, o movimento pró-higiene mental é uma orientação teórica e prática, custodiada por uma concepção de mundo e de homem, com forte apelo ao indivíduo e à hereditariedade como princípios de uma nação saudável.

Não obstante, o que esse movimento entendia por uma nação “saudável”? Como procurou resolver seus dilemas? Qual o papel que a educação ocupou nessa perspectiva? Como os testes ajudaram nessa iniciativa?

Como tentaremos explicitar, a Liga acreditava que a grande chaga da nação radicava nos indivíduos considerados degenerados, menos evoluídos, anormais ou inferiores. Parcialmente viabilizada, uma das propostas encontradas pela Liga para corrigir esse problema foi a de submeter o país a um intenso processo de “depuração social”, que consistia na separação de indivíduos superiores e inferiores, em termos de habilidades mentais e aptidões. O critério de seleção eleito pela Liga foi a mente, os instrumentos para medi-la foram os testes psicológicos e um dos cenários privilegiados de intervenção foram as escolas.

Definindo o ângulo de análise

O método a partir do qual analisou-se a proposta de uma “educação sob medida” é tributário de uma concepção histórica, que procurou compreender o fenômeno a partir das relações objetivas que ele estabeleceu com determinado contexto histórico. O referencial teórico e metodológico utilizado sustenta que o conhecimento humano, para além do esforço individual, possui uma dimensão histórica, fundamentada nas operações que os homens realizam no plano produtivo e em sua forma de organização social.

As relações entre os homens dependem do desenvolvimento alcançado pela sociedade em sua luta com a natureza pela sobrevivência, com o fito de viabilizarem suas necessidades. Segundo o método aqui utilizado, nosso objeto não pode ser pensado fora das relações que os homens estabeleceram entre si em sua permanente luta por satisfazer suas necessidades.

Nosso interesse consistiu em entender como a Liga se articulou com o movimento histórico, buscando entender como a totalidade da época se expressou na singularidade do objeto, almejando compreender o conhecimento produzido pela Liga como produção pensada do concreto histórico.

Para empreender essa análise, elegeu-se como fonte primária os Archivos Brasileiros de Higiene Mental, também conhecidos por Archivos, órgão oficial da Liga e principal porta-voz do movimento naquele então. Como os Archivos só foram publicados a partir do ano de 1925, buscamos complementar os anos entre 1914 e 1925 com material original da época e, na impossibilidade, com referências de comentadores que estudaram o assunto. Embora não abarcasse a totalidade das atividades da Liga, os Archivos exprimiam as principais idéias, aspirações e registros dessa organização, dentre as quais a tradução, produção, organização, sistematização e re-produção de testes psicológicos do Brasil e do exterior.

Ressaltou-se que, a despeito dos fins para os quais os testes foram originalmente criados, procurou-se entender como e por que eles foram utilizados pela Liga dentro da propostas de se criar uma educação sob medida.

Embora seja uma análise histórica, o trabalho procurou não reduzir o objeto às condições que lhes são exteriores, tendo o cuidado de permitir com que os próprios membros da Liga se manifestassem a propósito de suas atividades e aspirações.

O nascimento da Liga Brasileira de Higiene Mental

Formada majoritariamente por médicos psiquiatras, a Liga, contava ainda como seus membros “médicos de distintas especialidades, juristas, educadores, jornalistas, homens de letras e outros intelectuais” (A CAMPANHA, 1934, p. 66).

Embora fosse um movimento social, a Liga não era um movimento popular, já que não nasceu por iniciativa da população. Além disso, representava uma organização pequena, formada inicialmente por cerca de 200 pessoas, conforme seu Estatuto de fundação.

A Liga foi fundada em novembro de 1922, pelo médico higienista Gustavo Riedel, que foi incumbido pelo filantropo Clifford W. Beers, pai da higiene mental moderna, a criar “na América do Sul a primeira Associação de Medicina Social” (RIEDEL, 1925, p. 210). Um ano mais tarde, a organização foi reconhecida como de utilidade pública, passando a receber subvenções por parte do governo federal, para exercer suas funções (RIEDEL, 1925).

A julgar pelo número de artigos, trabalhos e demais produções intelectuais, os membros da Liga representavam uma seletiva aristocracia intelectual da época, reconhecida nacional e internacionalmente, posto que diversos higienistas estrangeiros se inspiravam nos médicos brasileiros que mantinham um intenso e permanente processo de publicação de artigos no exterior (NOTICIÁRIO, 1929).

Para além dessa dimensão intelectual, a Liga ainda mantinha inúmeras relações com figuras importantes do cenário político e econômico brasileiro, a começar pelo próprio Presidente da República, Arthur Bernardes (ESTATUTOS, 1925). A relação com políticos era uma necessidade para a Liga, que dependia da ajuda municipal, estadual e federal para manter suas atividades. A dependência financeira com o Estado alimentava, além do caixa, o “espírito” nacionalista da Liga. Além disso, essa visão nacionalista era fetichizada, como se a nação fosse algo em si mesma, como se ela fosse dotada de vida própria, autônoma e independente. Não via a nação como fruto do desenvolvimento das forças produtivas, como espaço sobre o qual se desenvolve um amplo processo interno e externo de luta entre as classes sociais, senão como algo natural e a-histórico.

A preocupação com a nação não encerrava um problema apenas de ordem ideológica, derivava também dos vínculos materiais que a Liga estabeleceu com o Estado e as autoridades políticas que subvencionavam suas atividades. Gustavo Riedel, antes mesmo de fundar a Liga Brasileira de Higiene Mental, já guardava um forte vínculo com as classes dominantes, de quem recebia grandes donativos para a execução de algumas obras. Como noticiou a Liga,

o Dr. Gustavo Riedel, alienista do Hospital Nacional, sendo, há 6 anos, nomeado Diretor da Colônia de Alienados, no Engenho de Dentro, lembrou-se de obter de abastados capitalistas seus amigos e de outros filantropos, a quantia necessária para erguer em terrenos da mesma Colônia um ambulatorio modelo, que recebeu o nome de Rivadávia Corrêa, em homenagem ao Ministro que fundara a Colônia de Mulheres, em 1911 (NOTICIÁRIO, 1925, p. 196).

Essa relação guardava certas peculiaridades: a Liga não era nem totalmente orgânica nem totalmente independente do Estado. Na falta de uma expressão mais adequada à relação da Liga com o Estado, caracterizamos como uma organicidade *sui generis*. Queremos dizer por esse termo,

a relação da Liga com o Estado, baseada na dependência material e financeira, na identidade ideológica e combinada com a autonomia organizativa. A Liga, portanto, é uma associação que atua no Estado, com ele e para ele, sem necessariamente ser parte dele (WANDERBROOK JUNIOR, 2007, p. 55).

O nascimento da Liga Brasileira de Higiene Mental coincidiu com o desenvolvimento da indústria brasileira. Os avanços tecnológicos abriram as portas para o incremento de novos meios de produção nas principais cidades do país. Uma nova configuração econômica, política e social começava a se desenhar. A produção agrícola aos poucos foi substituída pela produção industrial, deslocando um vasto contingente de trabalhadores do campo para a cidade (SODRÉ, 1976). A população urbana crescia vertiginosamente, acrescida ainda pela imigração, processo que alcançou seu apogeu depois da primeira Guerra Mundial (SODRÉ, 1976).

A dilatação dos centros urbanos tornou-se um fenômeno incontornável. A grande concentração populacional, combinada com a completa falta de infra-estrutura, fez surgir uma série de doenças, dadas as precárias condições habitacionais que possibilitava a proliferação de epidemias e enfermidades. Inúmeros médicos foram recrutados pelo governo para ajudarem a resolver os problemas endêmicos que afetavam o país. Dentre eles, destacou-se o médico Oswaldo Cruz, responsável, junto com seus “soldados”, pela “destruição dos mosquitos propagadores da malária e a quinização dos operários” (OLIVEIRA, 19--, p. 14).

Aparecendo como uma necessidade inexorável no combate pela higiene e sanitização social, a ciência, auspiciada pela medicina, foi surgindo como a grande redentora do país industrializado. A construção de uma nação não poderia se dar às margens da ciência, e a medicina, como ramo científico, não poderia ganhar audiência e legitimidade sem tomar para si as tarefas de construção nacional. A nação precisava da medicina e o nacionalismo se torna a principal orientação ideológica da medicina.

Identificando os problemas mentais também como obstáculos para o progresso da nação, a Liga advogava em nome de um patriotismo que relutava em ver nas massas populares algo mais que uma multidão de “pré-dispostos” à doença mental, potencialmente perigosa para a ordem da nação e, conseqüentemente, para o seu progresso. Conforme sublinhavam, “cumpre-se, por um dever de patriotismo e de solidariedade humana, evitar que essa multidão de predispostos atinja o despenhadeiro

ou seja tragada pela voragem da alienação mental” (A CAMPANHA, 1934, p. 64). Semelhante modelo de interpretação da realidade guardava uma unidade incontestada com a matriz de pensamento positivista, na medida em que identificava a nação como um “organismo social”, a ordem como pressuposto e o progresso como finalidade. Comte (1978, p. 69), pai do positivismo, afirmava que,

o espírito positivo leva sempre a estabelecer exata harmonia elementar entre as idéias de existência e as idéias de movimento, donde resulta, mais especialmente, no que respeita aos corpos vivos, a correlação permanente das idéias de organização com as idéias de vida e, em seguida, graças a uma última especialização peculiar ao organismo social, a solidariedade contínua das idéias de ordem com a idéia de progresso.

Sob essa perspectiva, qualquer coisa que se assemelhasse com uma deformação, desarmonia ou degeneração do “organismo social”, seria motivo de correções por parte da Liga. A esse propósito, observou Engel (1999, p., 547),

os focos de ameaça à integridade da ordem estabelecida, considerada nas suas mais variadas dimensões – morais, sociais, econômicas, políticas, culturais etc. – eram identificados e ou associados à doença mental.

A Liga entendia que a higiene mental era imprescindível para a integridade e prosperidade da nação. Mas não existia um consenso no seio da associação em torno das medidas de higiene mental então utilizadas. O fator hereditário se transformou quase em um paradigma na organização, e o aperfeiçoamento da nação passaria pelo aperfeiçoamento racial. A degeneração da raça passa a ser um dos principais – senão o principal – objetos de preocupação de um setor de eugenistas que faziam parte da Liga, tendo proposto a esterilização como forma de evitar a proliferação dos hereditariamente degenerados. Como ressaltou Kehl (1925, p. 70) a esse respeito,

constitui uma das medidas complementares da política eugênica, a qual estabelece, precipuamente, o exame de sanidade pré-nupcial, o impedimento à paternidade indigna, à procriação, em suma, de cacoplastas e desgraçados.

Esse ponto de vista sobre as finalidades práticas da Liga, começou a predominar principalmente a partir de 1930, quando então “aquilo que era defendido por alguns poucos e de forma meio tímida, passar a ser feito aberta e despudoradamente” (REIS, 2003, p. 192). Desta forma, a Liga se dividia internamente entre correntes de opiniões distintas quanto às saídas para os difíceis dilemas nacionais, variando entre propostas de esterilização a outras de cunho moral. A educação moral, aliás, era tida como uma das principais metas da Liga, que sustentava a necessidade suprema de “realizar nas massas uma formação moral mais apurada” (ESPOSEL, 1925, p. 105).

A educação moral dependia de um meio: a propaganda. Um dos principais recursos de que dispunha a Liga para realizar essa tarefa, eram os Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, órgão oficial da associação, que começou a circular em 1925, tendo como sua “grande e nobre missão”, “enveredar, crescer e frutificar os ideais de higiene mental e eugenia” (CALDAS, 1929, p. 01). Os Archivos eram um dos principais registros sobre os trabalhos, discussões e propostas da Liga, testemunhando a forma de pensar e agir de uma organização que se confrontou com os principais problemas de uma sociedade em transição. Fonte privilegiada para refletir acerca dos dilemas enfrentados pela Liga naquele momento, os Archivos exprimem os principais domínios humanos sobre os quais a Liga procurou atuar, constituindo aquilo que Boarini (2003, p. 36) sintetizou como “as grandes cruzadas em prol da higiene mental”. Nessa cruzada, não faltaram debates em torno da família, da infância, do exército, da indústria etc. Entretanto, a Liga predicava que, quanto antes fossem inoculados hábitos de higiene mental, melhor seria o trabalho de profilaxia e melhores seriam seus resultados. Nesse sentido, um domínio humano específico adquiriu grande destaque: a escola, objeto por detrás do qual se operava uma concepção balizada pela idéia de homogeneização escolar, sustentada por avaliações de cunho meritocrático assegurado pelos exames e testes psicológicos.

O paradigma da mensuração psicológica

Se indivíduos considerados degenerados comprometiam o destino da nação, era preciso de alguma maneira selecioná-los para que não se “misturassem” com o restante da população. Neste sentido, o processo de triagens, exames e seleção por meio de testes psicológicos, foi uma das maneiras propostas pela Liga para “depurar socialmente” os indivíduos considerados “anormais” ou “menos desenvolvidos”.

O desenvolvimento da indústria trouxe consigo também a preocupação com a mensuração. As engenharias foram a última palavra no desenvolvimento tecnológico e a medida tornou-se um paradigma. Com o advento da física, os processos de mensuração se tornaram quase uma obrigatoriedade para a ciência. Era como se a ciência nada pudesse fora da quantidade e da medida. A Liga deslocou os critérios quantitativos da física e os transportou para dentro do domínio humano. Com isso pretendia fazer dos testes o critério mais seguro para medir o indivíduo. Como toda ciência comporta uma concepção de homem, os testes não ficaram livres dessa determinação.

Era preciso então que estes instrumentos fossem submetidos à prova da realidade. A tradução, criação, adaptação e consolidação dos testes dependiam de sua utilização. Para isso, a Liga precisaria resolver dois problemas: o primeiro, de natureza técnica, era o de saber quais eram os melhores testes, seus limites e alcances; o outro, de natureza social e econômica, era o de descobrir em quais domínios eles seriam mais bem aplicados. Embora a Liga atuasse sobre uma constelação de espaços humanos, a escola foi seguramente o âmbito no qual a Liga pretendia materializar sua perspectiva de uma educação sob medida.

Crises sociais: melhor prevenir que remediar

O caráter profilático da Liga tinha um objetivo: prevenir a nação de futuras crises e convulsões sociais. Em nosso entender, se tivesse adotado uma consigna que orientasse suas atividades, a Liga teria sintetizado seu programa em duas palavras: higienizar é conter. Envolto com a inquietante, desestabilizadora e agitada realidade, Roxo (1941, p. 27) manifestava sua preocupação, durante o primeiro Congresso Nacional de Saúde Escolar,

nesta época atormentada em que vivemos, quando o mundo passa por tantos entrecosques e agitações sociais profundas, nada é mais necessário que a Higiene Mental, a qual deve ser ensinada e aplicada desde a infância, garantindo-se destarte a integridade psíquica dos futuros cidadãos e contribuindo para que a Pátria tenha assegurado um porvir glorioso e pujante.

Mais que o presente, a Liga lançava os olhos para o futuro. A impressão é de que a preocupação central da Liga era de que por detrás daquela aparente ingenuidade ou inocência pueril pudesse estar oculto um agitador em potencial. Os protestos silenciosos permaneciam latentes na infância. Manifestar-se-iam aos gritos na fase

adulta. Era melhor prevenir na infância que remediar em idade adulta. A criança precisava ser urgentemente higienizada. Assim,

não pensemos apenas nos adultos, que já estão com as suas taras, os seus defeitos e anomalias por assim dizer estratificados. Pensemos nas crianças porvindouras e nas crianças atuais, procurando defende-las dos perigos do ambiente, tão nocivo em fatores patogênicos (A CAMPANHA, 1934, p. 65).

Eleger a idade infantil como principal período da higiene mental tinha seus convenientes. Carrilho (1925, p. 138), ressaltou,

é, porém, na idade infantil que a higiene mental encontrou o seu máximo de utilidade prática, (...) quando as condições de receptividade para os bons princípios a que é solicitada, melhor se revelam.

A criança tornou-se um imperioso funil por meio do qual a higiene mental era escoada, garantida e proliferada. Um adulto bem adaptado, equilibrado e mentalmente saudável pressupunha uma criança bem higienizada. No chavão de Vianna (1925, p. 180), “a criança de hoje é o homem de amanhã”.

A pergunta para a qual a Liga prontamente respondeu, foi: que melhor lugar para higienizar as crianças que a escola?

A escola oferecia pelo menos quatro vantagens fundamentais. Em primeiro lugar pela concentração social, posto que reunia um número maior de crianças. Em segundo pela maior acessibilidade, posto que a penetração da Liga seria mais rápida e fácil. Em terceiro pela demanda, já que reunia o público ideal para experimentação e aplicação dos exames e testes psicológicos. Em quarto e último lugar, pela fácil observação, pois havia tempo suficiente para a atuação dos médicos. A esse propósito, assinalou Oliveira (19-- , p. 174), “sendo a escola uma força social e sabendo-se que o escolar aí passa grande parcela do seu tempo, (...) compreender-se-á o valor do estudo da higiene mental”.

Naturalmente, a concepção da Liga sobre a escola não era orientada por outro pressuposto que o médico. A escola era destituída de sua natureza social e cultural. Ela era vista como um organismo coletivo. Bittencourt (1941, p. 31) afirmou que “a educação é antes de tudo um crescimento e como tal um fenômeno biológico”. A idéia

de crescimento como evolução e a de educação como “fenômeno biológico” desnudava a concepção naturalizadora dos fenômenos sociais. Semelhante concepção destituía o papel de sujeito do aluno, transformando-o em simples objeto, isto é, num organismo natural, cuja finalidade consistia exclusivamente em adaptar-se ao meio.

A homogenização escolar: separando o joio do trigo

O propósito de criar uma educação sob medida pressupunha uma série de medidas que oferecessem as condições ideais para que a criança tivesse a maior adaptabilidade à nova proposta. A primeira delas era higienizar as crianças. Mas, como educar e inculcar na mente de uma criança determinados hábitos e pensamentos se a criança não sabe ler ou escrever? A necessidade de se alfabetizá-la tornou-se urgente. Preocupados ao mesmo tempo em higienizar e alfabetizar, os membros da Liga refletiram sobre como poderiam ajudar nesse processo. Como manifestou Esposel (1925, p. 104),

um meio prático de combater o analfabetismo poderia ser proposto pela nossa Liga. Em seguida um inquérito do que se pratica em nossas escolas primárias, e o que de melhor se poderia fazer para maior e mais fácil aproveitamento do escolar para sua cultura mental.

A Liga não estava preocupada somente com a alfabetização, ela queria saber quais hábitos eram cultivados nas escolas, que práticas eram exercidas pelos alunos e que ambiente cultural era estimulado. Era por meio dessas informações que poderia atuar nas escolas com maior eficiência.

A maioria dos membros da Liga estava convencida da necessidade de alfabetizar as crianças, como conclamou Moreira (1925, p. 196): “ensinemos a ler à nossa gente. Começemos na escola de envolta com o ensino do alfabeto, a convencer a criança que é preciso dar combate aos fatores deseugenisantes”.

Não havia um processo separado, dicotomizado ou dividido entre alfabetizar e higienizar. Em rigor, os dois processos ocorriam combinados, conjunta e simultaneamente. Para higienizar era preciso alfabetizar, e alfabetizar era higienizar as mentes das crianças. Por isso a Liga estava tão preocupada com a alfabetização. A cartilha da criança seria escrita com as letras da Liga. Esperava-se que, antes de saber escrever o próprio nome, as crianças já tivessem dominado o alfabeto da higiene mental.

Embora a Liga estivesse interessada em preconizar sua doutrina em todos os ambientes escolares, era nas escolas infantis que depositava a esperança de que seu ideário ecoasse. Se não no presente, pelo menos no futuro. Além disso, era nas escolas infantis que diagnosticariam com mais precisão os “predispostos”. A esse respeito, Fontenelle (1925, p. 195), sustentou que,

nas escolas primárias, e, também, principalmente, nas escolas maternais e jardins de infância, que é preciso multiplicar, é indispensável fazer esse trabalho educativo, do mesmo modo passo que, por exames sistemáticos individuais, serão pesquisados os predispostos, os psicopatas em início e os deficientes mentais.

A razão de ser de semelhante preocupação residia no fato de que a escola, para a Liga, deveria estar a serviço da civilização. Como afirmou Braga (1931, p. 06), “para organizar-se, pois, um programa integral de educação, tornar-se necessário, primeiro, averiguar quais são os elementos essenciais da civilização”.

Naquele momento era discutida a necessidade de se garantir a escola pública, obrigatória e gratuita para todas as classes. Muitos membros da Liga empunharam essa bandeira, somando-se à “Cruzada Pedagógica pela Escola Nova” (LOPES & FIALHO, 1929, p. 68).

Essa “cruzada” intensificou-se sobretudo a partir da década de 20, com as reformas estaduais do ensino e “culminou no lançamento do ‘Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova’, em 1932, assinado por 25 educadores, entre eles Antônio de Sampaio Doria, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Paschoal Leme e Cecília Meirelles” (FÁVARO, 2000, p. 53). Azevedo (1976, p. 167) assinala que um dos objetivos da Escola Nova era o de acompanhar a “mobilidade social”, e

rompendo com as linhas da clivagem social entre vários grupos e classes, contribuir poderosamente não só para uma ‘democratização’ mais profunda como também para uma intensidade maior de trocas econômicas e culturais.

Embora os esforços do autor apontem para uma tentativa de dirimir as fronteiras limítrofes entre uma classe e outra, não fica claro como seria possível uma “intensa troca econômica e cultural”, já que as únicas trocas que o capitalismo respeita são as trocas de mercadoria.

Com a universalização do ensino, os escolanovistas esperavam que as classes sociais se diluíssem no interior da escola. Como notou Fávares (2000, p. 51), “a Escola Nova formaria valores e virtudes sociais, teria conteúdos universais, tornando-se neutra, e adotaria um novo método para formar os cidadãos, voltando-os para o social e incorporando-os ao Estado”. Com isso, a escola se tornava a mediação entre o Estado e as crianças, transmitindo os valores dominantes como valores universais, mas sempre respeitando a “individualidade da criança” (FÁVARO, 2000, p. 55).

Destarte, o respeito à “individualidade da criança” significava também diferenciá-la das demais, quer por sua suposta “sanidade”, quer por sua “insanidade mental”. O critério de (in)sanidade era definido segundo a capacidade que o indivíduo tinha de adaptar-se ao meio. Para Bittencourt (1941, p. 32),

é são mentalmente o que melhor se adapta às circunstâncias perenemente modificadas do ambiente, o que mais eficazmente reage a essas mutações, conseguindo vencer momento a momento os conflitos e impasses da vida, que, além do aspecto meramente biológico, de nutrição e reprodução, apresenta, no homem, as formas complexas de problemas sociais e morais.

Ou seja, “mentalmente são” é aquele indivíduo que, apesar da fome, do desemprego e da prostração, deveria abster-se de protestar, de insurgir-se e de lutar por uma melhor condição de vida. Quanto maior a capacidade de adaptar-se ao meio, maior a sanidade do indivíduo.

Pelo valor que atribuía ao psiquismo, entendido do ponto de vista médico, a Escola Nova tinha precisamente como um de seus fundamentos a Psicologia e a Biologia (FÁVARO, 2000), resgatando das duas as influências sobre as questões relativas a saúde, doença, normalidade e anormalidade. O campo da educação deixa de ser visto como um fenômeno histórico para ser um fenômeno psíquico e biologicamente determinados. A psicologia torna-se o mecanismo privilegiado de educação, e a biologia o fundamento no umbral do qual descansa a prática médica. Com isso, as margens entre educação e medicina desaparecem, criando-se uma unidade pedagógica entre ambas, ligadas com o selo da higiene mental. Assim,

não há, pois, entre educação e medicina do espírito nenhuma diferença fundamental. Apenas a primeira se extrema no sentido de conservar a saúde do psiquismo e desenvolvê-lo e a segunda em restaurar a saúde mental, quando perdida. Entre

esses dois pólos, contudo, fica uma zona comum à pedagogia e à medicina, tão comuns que dentro dela ninguém saberá responder onde está uma sem a presença da outra: é a higiene mental (BITTENCOURT, 1941, p. 33).

Este fundamento permitia à Liga compreender a educação como um processo de “conservação e desenvolvimento” do psiquismo, no sentido de adaptá-lo às circunstâncias ambientais. Ao transformar a educação em uma especialidade médica, a Liga fazia do aluno um sujeito particularizado, compartimentado e isolado do processo histórico, ao qual cabia apenas adaptar-se.

Os testes psicológicos estariam encarregados, então, de denunciar os menos adaptados, classificar aqueles mais adaptados e homogeneizar as classes segundo os comprovados pela mensuração psicológica.

A seleção era tão importante que a Liga confiou a tarefa de triagem a higienistas de outros países. Riedel (1925, p. 210) salientou que uma das grandes conquistas da Liga foi o “contrato do Prof. Radecki, Diretor da Faculdade de Psicologia da Universidade de Varsóvia, ex-assistente de Claparède, para iniciar entre nós a seleção dos escolares”.

O instrumento estava definido. A questão era: quem iria aplicá-lo? A Liga propunha que, antes do ingresso na escola, ela mesma o aplicasse. Uma vez nas escolas, caberia aos professores o duvidoso compromisso de “apontar” quais crianças deveriam ser submetidas aos testes. A Liga recomendava que “ao professor ou à professora, devidamente enfrontados na questão, cabe apontar ao médico-inspetor as crianças que, pela sua falta de progresso no estado ou pela sua indisciplina, se afigurarem deficientes mentais” (RESENHAS, 1925, p. 172).

Os testes não trouxeram somente uma forma de diagnosticar quem eram esses deficientes, eles também significavam uma forma de entender o ensino, já que imputavam às crianças os problemas da educação. Em outras palavras, os testes também educavam. Como assinalou Bomfim (1928, p. 23), “o poder educativo dos *tests* (e que é grande) consiste em levar a criança a não hesitar, a pensar metodicamente as diferentes questões que lhe são apresentadas”.

Uma vez definida a capacidade intelectual de cada aluno, era preciso realizar uma operação no seio da escola que respeitasse os ritmos de cada um. Os “mais capazes” não

poderiam seguir o ritmo lento dos “menos capazes” nem a operação oposta poderia ser realizada.

A maior ambição da Liga era criar, sustentar e consolidar aquilo que, nas palavras de Claparède (1959, p. 150), ficou conhecido como “a escola sob medida”. Com efeito, semelhante concepção radicava-se na defesa da idéia segundo a qual cada classe se subdividiria “em uma classe forte, para os mais inteligentes e uma classe fraca para os que têm mais dificuldade em segui-la” (CLAPARÈDE, 1959, p. 150). Em outras palavras, a Liga queria evitar o rebaixamento da “raça brasileira”, impedindo com que as “classes fracas” “contaminassem” os alunos das “classes fortes”. Esse procedimento era essencial para se criar a homogenização escolar, que nas palavras de Bomfim (1928, p. 20), consistia no

valor de inteligência, como capacidade de aproveitamento e como aptidão especial para determinadas disciplinas. Essa distribuição de alunos – segundo o nível de inteligência e de aproveitamento, e que não se pode obter somente pela aplicação da medida de inteligência, é, certamente, condição indispensável para o bom rendimento escolar.

Não obstante, como separar um aluno de outro segundo o desenvolvimento intelectual se nem sequer havia um “padrão fixo” de intelectualidade? A definição do padrão era importante precisamente porque a partir dele a Liga saberia quem eram os “mais” e os “menos” desenvolvidos. Daí a pressa e a necessidade em estabelecer um parâmetro nacional, quer da inteligência, quer do teste que a mediria.

Essa nacionalização de um padrão intelectual e de um teste foi definida da seguinte maneira por Lopes e Fialho (1925, p. 70): “por nacionalizar significamos a necessidade de rever a distribuição dos *tests* na escala, para colocá-las em correspondência real com a inteligência brasileira”.

A Liga deveria, portanto, descobrir a “inteligência brasileira”, para poder dividir a escola e homogeneizar as classes. Os testes tornam-se assim cruciais na definição dessa medida e desse padrão. Tinham o objetivo de informar acerca das diferenças dos alunos. A Liga afirmava que “conhecer é unicamente perceber diferenças e semelhanças” (PENAFIEL, 1925, p. 18). Mas as diferenças que ela estava interessada não era de ordem social. Não eram diferenças de classes e de posições ante os meios de produzir as riquezas, mas sim diferenças individuais e supostamente naturais, inatas. A dimensão técnica dos testes limitava a avaliação a questões preestabelecidas, ignorando, por assim

dizer, o acesso ao acúmulo de cultura produzido pela humanidade. Desde que estivesse abaixo dos padrões estabelecidos pelos testes, a criança não mereceria outro título que o de retardada, anormal, fraca, menos desenvolvida ou inferior - títulos esses que os testes tinham a função de informar.

Além disso, a Liga queria evitar que os mais “atrasados” contagiassem, por assim dizer, os mais “adiantados”. Roxo (1925, p. 05) reconheceu que

a distribuição das classes por este feitiço lógico e científico não visa unicamente o melhor aproveitamento dos escolares e sim um meio de evitar que a criança se enerve, já no afã de ombrear com as mais evoluídas, já no receio das censuras ou castigo das professoras. Nessa ocasião é a excitação nervosa de cada dia que vai condicionar um estado de desequilíbrio nervoso, o qual pode mais tarde culminar no desenvolvimento de uma psicopatia.

A preocupação da Liga era muito mais no sentido de “evitar” que os “mais evoluídos” se “enervassem” com os “menos evoluídos” do que de fazer com que uns alcançassem os outros nesse desenvolvimento. Era preciso garantir um estrato de alunos altamente intelectualizados que garantissem o futuro da nação. O emprego dos testes psicológicos era tão importante porque era por meio dele que as pesquisas psicológicas avançavam no terreno escolar. A propósito da contribuição dessas pesquisas com os testes, Braga (1931, p. 04) observou que elas “estão dando à educação um magnífico aparelhamento para aferir a capacidade mental, verificar o rendimento dos processos didáticos e avaliar os resultados obtidos”.

Qualquer aluno que estivesse abaixo desse padrão de “capacidade mental” deveria procurar outro caminho. Assim como era preciso homogeneizar a inteligência, também era preciso homogeneizar a falta ou insuficiência dela. O pólo oposto das classes para os mais “fortes”, era a “escola especial”, criada para os mais “fracos”. Com isso a depuração social ocorreria também no seio da escola, lugar no qual é priorizado o *ethos* individual.

A Liga não entendia a questão da escolaridade como um produto social, senão que, ao contrário, sustentava que os problemas sociais e escolares eram de natureza psíquica. Bittencourt (1941, p. 34) sustentou que “a má escolaridade não é um erro intencional do aluno, precisando de condenação, mas um desajustamento social por disfunção psíquica que demanda diagnóstico e cura”. Sendo assim, o monopólio do

conhecimento sobre a educação passava às mãos da Liga e o destino psíquico do indivíduo estava condicionado pela ditadura do diagnóstico, cujo resultado dependia dos testes psicológicos.

Uma das grandes conquistas reivindicadas pela Liga nesse sentido foi a criação de uma “Clínica de Euphrenia”, que, segundo a Liga,

orienta a evolução mental da criança, concorre para a boa formação do psiquismo, robustece o caráter e a personalidade infantil, ao mesmo tempo que procura descobrir precocemente os primeiros sinais de disfunção neuro-psíquica, para prevenir, a tempo, os distúrbios nervosos que possam sobrevir no futuro (A CAMPANHA, 1934, p. 65).

Para que a homogeneização das escolas tivesse total êxito, estas precisavam ser divididas entre “normais” e “especiais”. O advento da escola pública trouxe essa marca divisória que obedecia a razões políticas, visto que o maior interesse do governo com a criação das escolas especiais era o de diminuir a repetência nas escolas consideradas “normais”. Com as classes homogeneizadas, separando-se os alunos “fracos” dos “fortes”, esse índice de reprovação se reduziria. Relatando a experiência em São Paulo, Marcondes (1941, p. 88) afirma que,

com o estabelecimento de classes especiais para débeis mentais nas escolas públicas, duas das quais foram inauguradas durante o recente Congresso Nacional de Saúde Escolar, está sendo possível baixar o índice de reprovações nas escolas de São Paulo. O problema dos repetentes, que tanto dispêndio ocasiona aos governos, está de certo modo ligado à higiene mental escolar. Com a correção das anomalias e deficiências encontradas nos escolares, principalmente na esfera psíquica, tornar-se-á possível a solução desse importante problema.

Estaria garantido o progresso da nação por meio da “educação normal” dos mais “fortes”, feito à custa da proscricção dos mais “fracos”, confinados nas escolas especiais. Para consagrar a “educação sob medida”, a Liga precisava colocar as escolas entre dois pólos opostos: de um lado os alunos normais, responsáveis pelo futuro da nação; do outro, os “débeis mentais”, por não se enquadrarem nos padrões intelectuais, cuja definição a priori dependia dos testes psicológicos.

A Liga estava preparando os “homens de amanhã” que, por suas “qualidades” intelectuais, pensariam a sociedade. Mas uma sociedade não vive somente de

“intelectuais”. Ela precisa de braços para produzir, e é essa camada “menos evoluída” que geralmente produz o combustível que movimenta a máquina do capital. A divisão do trabalho social, então, é reproduzida na escola. A divisão entre “mais” e “menos” evoluídos traduzia na linguagem da Liga o que na prática significava a divisão social do trabalho.

Conclusão: estudar para produzir, educar para conter

A escola não é uma instituição abstrata. A educação não está divorciada das relações objetivas entre os homens. Nem a educação, em geral, nem a escola, em particular, são entidades supra-históricas, desligadas das condições que lhes são exteriores e do contexto que as tornou possíveis. Isso quer dizer que a educação dominante expressa os interesses da classe dominante e a escola responde às necessidades dominantes daquele período.

A escola deveria preparar o aluno para responder aos dois anseios da classe dominante: o da ordem e do progresso: ordem social e o progresso econômico. Enfim, ordem burguesa e progresso do capitalismo. Por isso o ideário da Liga não colidia com os interesses da burguesia: por um lado, preparava os alunos para a produção e, por outro, preparava-os para a vida social burguesa.

O governo realçava esses interesses para com a escola. Com respeito à formação intelectual dos alunos nas escolas, Vargas (1943, p. 321) explicava que,

o raciocínio, força máxima da inteligência, deve ser aperfeiçoado, principalmente por sabermos que o trabalho manual também o exige, pronto e arguto. Não deixa de haver certo fundo de verdade na afirmação do psicólogo: ‘o homem que conhece bem um ofício possui, só por esse fato, mais lógica, mais raciocínio e mais aptidão para refletir do que o mais perfeito dos retóricos.

A escola, neste caso, deveria despertar as aptidões, aperfeiçoar o raciocínio e maximizar a inteligência: o trabalho manual exige, a produção agradece.

A Liga não tapou os ouvidos para esse chamado e não fechou os olhos para esses interesses. Tanto que propunha “Escolas Auxiliares” à produção, bem como “que se efetivassem nas fábricas trabalhos experimentais de psicologia sobre a fadiga no trabalho dos menores” (LOPES, 1925, p. 214). Ou seja, não somente a Liga propunha que a escola auxiliasse na produção, mas ela própria se propunha a atuar nas fábricas. O

trabalho da Liga sobre os alunos incidiria, nesse caso, duas vezes: tanto na escola quanto na fábrica.

A tarefa na escola seria encontrar aqueles com “vocação” para o trabalho manual e aqueles vocacionados para o trabalho intelectual. Como assinalou Roxo (1925, p. 05),

o ensino deve ser ministrado de acordo com a evolução psíquica de cada um e as classes devem ser discriminadas de acordo com os ensinamentos dos psicólogos e não consoante o critério falível da idade. Da mesma forma há crianças que têm grande habilidade manual e podem ser muito proveitosas na vocação que evidenciam, ao passo que no manuseio obrigatório dos livros se enervam e nada produzem. A seleção para as profissões deve desde logo ser feita.

Novamente a divisão escolar segundo a capacidade intelectual aparece sem disfarces. Mais que isso, aparece o objetivo dessa divisão, que era claramente o de dividir os futuros trabalhadores entre manuais e intelectuais. Por isso a “seleção profissional” deveria começar na escola, para que a criança fosse preparada desde cedo para os “ossos do ofício”. Principalmente os “ossos” da força.

Por outro lado, essa seleção não poderia ser realizada de qualquer forma. Ela deveria ser organizada sistematicamente, para que a Liga acompanhasse o desenvolvimento do futuro trabalhador. A Liga propunha, então, uma “ficha médico-psicológica”, que consistiria “não só na discriminação dos estudantes em classes adequadas à sua capacidade intelectual, como também no melhor aproveitamento em outros ramos de atividade humana daqueles que não dão para o estudo” (ROXO, 1925, p. 06). Se não “davam para o estudo”, para que “ramo da atividade humana” poderiam ingressar?

A despeito do entendimento que tinham sobre o que propunham, o que os membros da Liga propunham eram separar na esquina da sociedade os produtores materiais dos intelectuais. A escola deveria ser a esquina no final da qual despediriam-se os aptos para o trabalho intelectual e os aptos ao trabalho material. A divisão do trabalho social ganha um fundamento médico.

A Liga interpretou como psicológico o que são as leis de um modo de produção específico; isto é, fez das necessidades econômicas do capital uma “vocação” humana, transferindo os interesses da burguesia para os interesses ou aptidões do homem - como se a “aptidão” viesse antes da própria necessidade material que a engendrou, como se

antes de existirem as fábricas, a indústria e qualquer “ramo da atividade humana” existissem as aptidões do indivíduo para esses ramos.

A “ficha médico-psicológica”, respondia, para além do interesse no acompanhamento intelectual do aluno, a um interesse produtivo. Conforme assinalado, “essa ficha estabelecida desde cedo, desde a escola, vai ser utilizada para o serviço de orientação profissional dos futuros trabalhadores” (RESENHAS, 1925, p. 179).

Não seria exagero chamar essa ficha médico-pedagógica de ficha de controle de produção. “Controle de produção de mais-valia”, é preciso acrescentar. A escola, para a Liga, deveria preparar os alunos para o mercado e a produção. Por isso os alunos eram chamados de “futuros trabalhadores”.

O grande problema é que entre as supostas aptidões e as necessidades da produção capitalista existia uma distância tão grande quanto a da Terra ao céu. De que adiantava uma maioria de alunos inclinados à poesia, à música e à literatura se a única arte que o capitalismo necessitava naquele momento era o das guerras e da produção? A aptidão termina onde nascem os interesses do capital.

Além disso, havia outras aptidões que a Liga pretendia não mais descobrir, mas despertar. Se a Liga queria descobrir as aptidões para a economia, ela também precisava criar novas aptidões para a sociedade. A escola, portanto, não tinha somente o objetivo de preparar a força de trabalho, ela deveria também garantir a ordem social.

Em tempos de crise social, de greves operárias, revoltas militares e guerras mundiais, todo cuidado é pouco no sentido de não dilatar a situação. A criança era submetida a constantes bombardeiros de referências provenientes dessa crise. A Liga estava atenta tanto à crise quanto à exposição da criança a esse processo. Bicudo (1944, p. 65) reconheceu que

a criança é particularmente atingida pelos períodos de crise social, nos quais a sociedade procura novos ajustamentos. Proteger a criança é resguardar o capital humano da sociedade futura, evitando que se forme uma geração de indivíduos de mentalidade mórbida.

Seria realmente possível preservar a integridade psíquica de uma criança que presenciou uma catástrofe de proporções transcendentais como foram as duas guerras mundiais? Difícil responder a essa questão. Mesmo assim, era preciso encontrar um espaço no qual a criança pudesse ser mais bem controlada. A escola, nesse sentido,

tinha também a função de estabelecer um marco de contenção social ante o quadro instável que o país apresentava; mas, como assinalou Bicudo (1944, p. 67), “os pais e os professores estão mais propensos a ter atitudes descontroladas, quando sob pressão social do período de guerra”.

A febre nas ruas, nos quartéis e nas fábricas deveria encontrar um antitérmico na escola. A educação, portanto, deveria ter como objetivo a contenção social, fosse qual fosse o nome atribuído a essa meta pela Liga. Braga (1931, p. 03) defendeu que a finalidade da educação deveria ser

o bem-estar da comunhão social, se reforçando a vontade e iluminando os ideais do indivíduo; e, concorrentemente, tem por objetivo dar ao indivíduo mais vazas na vida, aperfeiçoando a comunhão social de que este é parte.

A contradição nessa afirmação salta aos olhos. Se a finalidade da educação era a “comunhão social”, isso quer dizer que ela ainda não existia. Como o autor poderia “aperfeiçoar” a “comunhão social” se ela não existia? Como, se ainda era um objetivo ou uma finalidade da educação?

Diversos países do mundo, em especial o Brasil, assistiram a muitos fenômenos sociais, econômicos e políticos durante os anos de 1914 a 1945. A comunhão social, se é que existiu nesse interstício, seguramente não esteve entre os mais relevantes.

Não obstante, a Liga estava disposta a enfrentar o desafio de fazer da escola esse âmbito de contenção social, chamada por Braga (1931, p. 03) de “comunhão social”. O próprio programa educativo deveria estar orientado no sentido de estabelecer essa contenção. Braga (1931, p. 11) recordou:

é claro que o organizador de um programa de educação terá por esse processo conseguido possuir-se do ‘sentido da comunidade’ que é o controle social da educação. Seu arquivo conteria, além do cadastro social, a documentação de ‘experiências’ vividas no ambiente – os casos concretos observados na clínica social, os quais compreenderão não só as fichas resultantes dos vários tests psicológicos, mas ainda situações morais, imponderáveis, mas às vezes de uma realidade trágica que emprestam à escola um papel social diverso do hospital e da prisão.

Nem prender, nem hospitalizar: conter – eis a tarefa da educação. Semelhante programa propunha um conhecimento amplo sobre o ambiente – sentido da comunidade, cadastro social, etc. – e sobre o indivíduo – testes psicológicos, situação moral, etc., no sentido de saber o grau de controle social que a educação deveria exercer sobre o aluno.

Conhecer o ambiente e o indivíduo não bastava. Se os testes indicariam a “situação moral” dos indivíduos, que meios informariam acerca da comunidade? Braga (1931, p. 09) propôs que, “um deles seria o questionário para descobrir, localizar e controlar a eficiência das organizações sociais que, além da escola, são parte do aparelhamento educativo na comunidade”.

Descobrir, localizar e controlar: três palavras que sintetizavam todo um conjunto programático, uma proposta e um ideário do que pretendia a Liga com as organizações sociais. Ela deixava claro, portanto, que sua meta era a de “controlar”, não só a escola, mas também outras organizações que faziam parte do “aparelhamento educativo” da comunidade. Ou seja, controlar a “eficiência” da família, dos clubes, dos sindicatos, etc.

Aliada a essa necessidade de “controlar” as organizações sociais havia outra; a de adaptar o indivíduo aos interesses da lei, da ordem, das instituições e do regime. Campos (1934, p. 16), defendeu quanto à educação, que

cada vez maior é a importância que se lhe atribui na formação das particularidades individuais. Cabe à educação orientar a adaptação do indivíduo ao regime social, isto é, conseguir que desde a infância renuncie o indivíduo a certos pendoros egoísticos em atenção às conveniências sociais.

Embora sustentasse que o indivíduo deveria “renunciar” a certos apetites egoístas, a Liga acreditava que a noção de posse deveria ser inculcada no indivíduo desde tenra idade. Preconizava a necessidade de educar as crianças segundo “a confiança nas realidades concretas ou abstratas, muitas delas ligadas à noção da posse, e todas elas indissolúvelmente vinculadas à formação das noções da verdade e da sinceridade” (RESENHAS, 1931, p. 146).

Ora, as únicas “realidades concretas e abstratas” associadas à “noção de posse” no capitalismo são as leis, cuja “noção de verdade” advoga que a mais importante das posses é a propriedade privada. Assim, “adaptar-se ao regime” é adaptar-se ao regime da propriedade privada.

Com isso, o indivíduo “evoluído”, “apto” e “normal” era aquele bem-adaptado às leis, ao regime e à propriedade. Braga (1931, p. 06) ressaltou

a inteligência compreensiva das condições da comunidade como base sobre que o educador planeja o processo educativo no seu conjunto. As convenções e os costumes do passado constituem suas fundações.

Assim, a Liga deixava claro seu ideário adaptacionista da educação. Além da produção material, a escola deveria preparar o indivíduo para a sociedade, entendida aqui a sociedade de classes, com suas leis, seu regime e seus direitos, dos quais o mais importante era o direito à propriedade privada.

REFERÊNCIAS

A CAMPANHA pró-higiene mental: a mais relevante de todas as obras medico-sociais em nosso país. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n. 1, p. 63-72, jan./mar., 1934.

AZEVEDO, Fernando. **A transmissão da cultura**: parte 3. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BICUDO, Virgínia Leone. **Higiene Mental das crianças em tempo de guerra**. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno XV, n 1, p. 62-68, nov. 1944.

BITTENCOURT, Raul. **Psiquiatria infantil e saude escolar**. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno XIII, n 1, p. 31-49, jul., 1941.

BOARINI, Maria Lúcia. **Higienismo, eugenia e a naturalização do social**. In: Boarini, M.L. (Org.). Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: EDUEM, 2003, p. 19-43.

BOMFIM, Manoel. **O methodo dos tests**: com applicações á linguagem no ensino primario. Rio de Janeiro, 1928.

BRAGA, Erasmo. **Os elementos psycho-sociologicos nos programmas de ensino**. Trabalhos Originaes. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno IV, n 1, p. 3-16, jan./fev., 1931.

CALDAS, Mirandolino. **Editorial**. Os Archivos Brasileiros de Hygiene Mental. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno II, n 1, out., 1929, p. 1-2.

CAMPOS, Murillo. **O filho único e a hygiene mental.** Trabalhos Originaes. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 1, p. 3-17, jan./mar., 1934.

CARRILHO, Heitor. **Considerações sobre prophylaxia mental e delinquencia.** Trabalhos Originaes. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, p. 131-139, 1925.

CLAPARÈDE, Edouard. **A escola sob medida:** e estudos complementares sôbre Claparède e sua doutrina. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo.** Tradução J.A. Giannotti e M. Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 42-94. (Os Pensadores).

ENGEL, Magali Gouveia. **As Fronteiras da ‘Anormalidade’:** psiquiatria e controle social. História, Ciência, Saúde-Manguinhos. V. 5, n. 3, Rio de Janeiro: nov. 1998/fev. 1999, p. 547-563.

ESPOSEL, Faustino. **Ideas Geraes.** Trabalhos Originaes. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, 1925, p. 101-108.

ESTATUTOS da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental,** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, p. 223-234, 1925.

FÁVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. **Sampaio Dora, a escola nova e as questões sociais no Brasil.** Dissertação de Mestrado/UEM, Maringá, 2000.

FONTENELLE, J.P. **A contribuição de hygiene mental no 2º Congresso Brasileiro de Hygiene.** Noticiario. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, 1925, p. 193-207.

KEHL, Renato. **A esterilização dos granes degenerados e criminosos.** Trabalhos originaes. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 2, 1925, p. 69-74.

LOPES, Ernani. **Actas da sessão de assemblea geral ordinária realizada em 28 de fevereiro de 1925.** Actas e trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, 1925, p. 209-221.

LOPES, Maria Brasilia Leme & FIALHO, Idalina de Abreu. **Sugestões para o emprego dos tests.** Trabalhos originaes. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno II, n 2, nov., 1929, p. 68-77.

MARCONDES, Durval. **A hygiene mental dos escolares.** Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno XIII, n 1, Jul., 1941, p. 87-88.

MOREIRA, Juliano. **A contribuição de higiene mental no 2º Congresso brasileiro de higiene**. Noticiário. Archivos Brasileiros de Higiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, 1925, p. 193-207.

NOTICIÁRIO. **Archivos Brasileiros de Higiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, p. 193-207, 1925.

NOTICIÁRIO. **Archivos Brasileiros de Higiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno II, n 1, p. 22-26, out., 1929.

OLIVEIRA, Valdemar de. **Higiene e puericultura**. 30 ed. Rio de Janeiro: Editora do Brasil, [19--].

PENAFIEL, Carlos. **O elemento psychico no trabalho humano: a Liga de Higiene Mental e os novos horizontes da hygiene publica**. Trabalhos originaes. Archivos Brasileiros de Higiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 2, 1925, p. 11-26.

REIS, José Roberto Franco. **Degenerando em barbárie: a hora e a vez do eugenismo radical**. In: Boarini, M.L. (Org.). Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: EDUEM, 2003, p. 185-216.

RESENHAS e analyses. **Prophylaxia mental**. Toulouse, G. Genil-Perrin & Targowla, R. Archivos Brasileiros de Higiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, 1925, p. 166-181.

RESENHAS e analyses. **Educação da creança em idade pre-escolar**. Wooley, Helen T. Archivos Brasileiros de Higiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno IV, n 2, mar./abr./mai., 1931, p. 143-147.

RIEDEL, Gustavo. **Acta da sessão do conselho executivo realizada em 14 de fevereiro de 1925**. Actas e trabalhos da Liga Brasileira de Higiene Mental. Archivos Brasileiros de Higiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, p. 209-221, 1925.

ROXO, Henrique. **Higiene mental**. Trabalhos originaes. Archivos Brasileiros de Higiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 2, 1925, p. 02-09.

ROXO, Henrique. **Mensagem à Associação Paulista de Imprensa**. O 1º Congresso Nacional de Saude Escolar. Archivos Brasileiros de Higiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno XIII, n 1, jul., 1941, p. 27.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

VARGAS, Getúlio. **As diretrizes da nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

VIANNA, Raymundo. **Os rumos da medicina social**. Trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 2, 1925, p. 151-184.

WANDERBROOCK JUNIOR, Durval. **A educação sob medida: os testes psicológicos e o higienismo no Brasil (1914-1945)**. Dissertação de Mestrado/UEM, 1999.